

Para que a memória não nos atraíçoe Relembremos os cortes que fizeram às nossas pensões

Será um bom “exercício” comparar o valor das pensões para termos consciência dos direitos que os trabalhadores perderam nos últimos anos

2005 – A Lei 60/2005 alterou profundamente o Estatuto da Aposentação (EA) dando início a um período de grande insegurança tornando impossível planear as nossas vidas (até aí tínhamos direito à pensão completa aos 55 anos de idade e com 36 anos de serviço). Foram muitas as alterações:

- A idade de aposentação e o tempo de serviço passaram a aumentar 6 meses até atingirmos, respetivamente, 65 anos de idade e 40 de serviço;
- Para o cálculo da pensão o tempo foi dividido em dois períodos com regras próprias – P1 e P2

2013 – O Governo PSD/CDS ignorando as regras estabelecidas na lei alterou, novamente, o EA através da Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2013 – Lei nº 66/2012, art.º 81º. De imediato a idade de aposentação passou de 63,5 anos para 65 e o tempo de serviço de 39,5 anos para 40 **o que provocou nas reformas antecipadas um corte de 9%.**

Determinou, ainda, que se aplicasse automaticamente o fator de sustentabilidade. Para agravar a situação, a CGA interpretando mal a lei, como tem feito noutras situações, passou a que, no cálculo das pensões, deixasse de ser considerada a data do pedido da aposentação e passou a considerar a data do despacho. Na maioria dos casos, o tempo decorrido entre o pedido e o despacho é superior a um ano. É, pois, gerada grande insegurança dada a variação sucessiva das leis.

2014 – A Lei 11/2014 vem alterar de novo o EA, tendo como consequência mais reduções no valor das pensões. O fator de sustentabilidade:

- Entre 2013/2014 passou de 4,78% para 12,34%;
- Entre 2014/2015 passou de 12,34% para 13,02%

Num período em que o mau estar nas escolas colocou os professores em situações muito difíceis e levou muitos a pedir a aposentação antecipada, o valor das pensões chegou a ter uma redução de 40%!

- Até **2005** – Um professor, no último escalão, tinha uma pensão de cerca de 2850,00 euros, desde que tivesse as condições exigidas (55 anos de idade e 36 anos de serviço);
- Em **2009** – Um professor, no último escalão, (ganhando mais 250 euros do que em 2005) ficou com uma pensão menor – 2700,00 € (62 anos e 39 de serviço);
- Em **2014** – Um professor, no último escalão, recebe uma pensão de cerca de 2600,00€ devido a novo cálculo (66 anos de idade e 40 anos de serviço) e à diminuição dos salários.

E se o trabalhador da Função Pública já era muito prejudicado no processo de cálculo da pensão, ainda vai receber menos devido ao aumento brutal dos impostos!

- A tabela de IRS subiu cerca de 7 a 8% entre 2011 e 2013;
- A ADSE passou de 1% para 3,5%;
- Passou a pagar CES – imposto solidário entre 3,5% e 10%. A luta que desenvolvemos levou o TC a considerá-la inconstitucional, eliminando-a para alguns.
- E ainda, a sobretaxa de 3,5% (depois de retirado o valor do ordenado mínimo).

Um pensionista que em 2010 tinha uma pensão de 2454,00 euros recebia 1981,81 porque lhe descontavam 472 euros de impostos. **O mesmo pensionista em 2014**, com a mesma pensão de 2454,00 euros recebe 1525,00 euros porque lhe descontam 928,68 euros. Em 3 anos só em descontos **perdeu 456 euros mensais!**

A quebra dos salários e dos rendimentos das famílias e o agravamento das desigualdades pelo o governo PSD/CDS



Neste estudo do economista e investigador Eugénio Rosa é feita uma análise aos dados oficiais divulgados pelo governo (Ministério da Economia), pelo INE e pelo Eurostat, que demonstram a existência de uma quebra grave nos rendimentos dos trabalhadores e das famílias, assim como o aumento das desigualdades em Portugal, problemas que se agudizaram com a política de austeridade imposta ao país pela “troika” e pelo governo PSD/CDS.

LER+ EM: <http://www.fenprof.pt/APOSENTADOS/?aba=90&mid=241&cat=486&doc=9738>

A Segurança Social tem um papel essencial na coesão da sociedade



Embora este texto já tenha sido divulgado pela CGTP-IN a 8 de maio, no dia da Segurança Social (SS), considerámos ser oportuno, neste momento de reflexão para as eleições, retomarmos a sua leitura atenta.

LER+ EM: <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/politicas-sociais/proteccao-social-seguranca-social/8514-a-seguranca-social-tem-um-papel-essencial-na-coesao-da-sociedade>

É preciso votar e lutar por um Portugal soberano e com futuro



Ao longo dos últimos anos, a política de direita, praticada pelos sucessivos governos do PSD, CDS e PS, provocou impactos muito graves no país, afrontou os trabalhadores e reformados nos seus direitos essenciais, destruiu empregos, aumento a pobreza, promoveu o ataque às funções sociais do Estado (Saúde, Educação e Segurança Social) e hipotecou o futuro do País.

Agora, com o aproximar das eleições de 4 de Outubro, os partidos que nos (des)governam ao longo dos últimos 39 anos e que provocaram a situação quase indigente do país, vêm agora, uma vez mais, com promessas de soluções milagrosas, prometendo tudo de bom, sabendo de antemão que não irão cumprir.

LER+ EM: <http://www.cgtp.pt/images/images/2015/09/reformados4outubro.pdf>